

ORDEM DOS ADVOGADOS

Centenário da Ordem dos Advogados

Sessão solene | Setúbal

João Massano

Bastonário da Ordem dos Advogados

Discurso do Bastonário

Texto preparado a partir das legendas fornecidas, com organização em parágrafos e revisão ligeira de pontuação e de gralhas evidentes. Sem cotejo com a gravação original.

Muito boa tarde. Agradeço a vossa resiliência. De facto, já vai um bocadinho para além daquilo que esperávamos. De qualquer forma, começo os cumprimentos necessariamente breves, como se usa dizer nestas alturas, devido ao adiantado da hora, mas não posso deixar de cumprimentar a senhora vice-presidente da Assembleia da República, deputada Teresa Morais, que muito nos honra por estar aqui hoje, senhora presidente da Câmara Municipal de Setúbal, a Dra. Maria das Dores Meira, que também nos honra com a sua presença. E peço-vos que se considerem todos cumprimentados a partir de agora para não arrastarmos muito a cerimónia e peço desculpa por não individualizar mais ninguém.

Queria começar por referir naturalmente a família de António Osório de Castro por este magnífico momento de poesia que nos proporcionaram e por estarem aqui presentes a honrar a memória de alguém que tanto representou para tantos de nós. Muito obrigado.

Ilustres, colegas, senhoras e senhores, 100 anos, mas estamos bem conservados. 100 anos de uma instituição que nasceu a 12 de junho de 1926, quando Portugal precisava de uma voz livre e que nos momentos em que essa voz foi mais necessária, nunca se calou, nem durante a ditadura, nem durante as crises, nem quando era mais fácil e mais seguro ficar em silêncio.

A nossa história não se escreve em atas e regulamentos, escreve-se nos rostos dos nossos clientes, os cidadãos que tiveram quem os defendesse, nos presos políticos que tiveram quem lhes desse voz, nos imigrantes, esses malditos dos tempos modernos que encontraram quem os orientasse, nos idosos que descobriram que tinham direitos, que desconheciam.

E hoje neste Fórum Luísa Todi, não viemos a Setúbal por acaso. Viemos porque há aqui história, como já foi dito, e a história tem nome. Viemos porque esta cidade sabe o que é lutar, o que é resistir, o que custa construir dignidade quando o sistema não facilita.

Vimos porque quando decidimos que este centenário seria de todos, de norte a sul e ilhas, não o dissemos como frase bonita para comunicado de imprensa. Dissemo-lo como compromisso e um compromisso cumpre-se. Em janeiro arrancamos em Faro, com o Conselho Regional de Faro e os seus 30 anos. Hoje estamos em Setúbal com o Conselho Regional de Évora e a delegação de Setúbal. Amanhã estaremos noutro ponto do país, porque a Advocacia portuguesa não vive só em Lisboa e no Porto.

Não queremos uma Ordem a duas velocidades. Nunca quisemos, nunca aceitaremos. E hoje celebramos também duas datas que merecem o nosso reconhecimento, os 52 anos do Conselho Regional de Évora e os 25 anos da delegação de Setúbal. Meio século de Conselho Regional, um quarto de século de delegação. São números que traduzem muito mais do que antiguidade. Traduzem décadas de presença, de trabalho silencioso, de porta aberta, de Advogados que, longe dos holofotes de Lisboa, garantiram que os seus colegas desta região se sentissem apoiados, representados e ouvidos.

À Dra. Maria de Lourdes Évora, ao Dr. António Espada, à Dra. Cláudia Colaço e a todos quantos ao longo destas décadas serviram as estruturas regionais da Ordem nesta zona do país. O meu reconhecimento pessoal e institucional.

Os alicerces de uma instituição centenária não se constroem no centro, constroem-se onde ninguém filma. Mas Setúbal trouxe-nos aqui por outra razão, uma razão que tem rosto, tem nome e tem poesia. António Osório de Castro nasceu nesta cidade, foi Bastonário, foi poeta, como já vimos, escreveu muitos livros e como Bastonário organizou o segundo congresso dos Advogados Portugueses, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian. Fundou o Instituto Jurídico Franco-ibérico de Bordeus e representou Portugal na Convenção de Haia.

Abriu portas quando outros erguiam muros e escreveu uma frase que já foi aqui dita e que ficou. Escreveu que a Ordem dos Advogados sempre foi animada pelo serviço ao outro, pelo espírito de servir. Para além do direito, a Ordem e a Advocacia têm que servir o seu país. E acrescentou que todos estamos forçosamente empenhados num futuro que nos coloque com o peso que podemos vir a ter na balança da Europa.

Essa frase não envelheceu. É a nossa bússola. Deve ser a nossa exigência. O filme que hoje vimos, os testemunhos dos antigos presidentes que ouvimos, os poemas que a sua família nos trouxe, tudo isso lembra-nos uma coisa essencial. Os grandes bastonários não são os que ocupam o lugar, são os que o dignificam.

À família. Mais uma vez, obrigado. Obrigado por nos terem trazido a memória viva de quem tanto serviu. Obrigado por nos terem lembrado que a Advocacia também é poesia e que a poesia também é justiça.

A homenagem que hoje prestamos a António Osório de Castro não é nostalgia, é um compromisso. E esse compromisso começa agora, hoje nesta sala, porque um centenário não se celebra olhando para trás. Celebra-se com os pés na terra e a terra neste momento treme, como já foi aqui referido.

Há menos de um mês, a tempestade Kristin varreu cerca de 60 municípios, dias sem luz, sem água, sem comunicações, idosos sozinhos em aldeias isoladas, estradas cortadas, famílias no escuro, no sentido literal e no sentido dos seus direitos. E os nossos colegas, os Advogados, impedidos de chegar aos tribunais, impedidos de cumprir prazos, impedidos de proteger os seus clientes, alguns deles, eles próprios vítimas da mesma destruição.

A culpa não cai do céu, cai de décadas de falta de planeamento e de investimento. Cai da negligência de quem tem o dever de proteger e não protege. Cai da indiferença de quem só se lembra das pessoas quando é tempo de pedir votos.

A Ordem agiu, pediu a suspensão dos prazos judiciais e saúdo o governo por ter tomado essa decisão. Foram mobilizadas redes de apoio jurídico, mas os factos são estes. Infelizmente, a Kristin atingiu-nos a 28 de janeiro.

A Ordem enviou o ofício a pedir a suspensão no dia seguinte. O governo aprovou a proposta de lei a 5 de fevereiro. A proposta entrou no Parlamento a 13 de fevereiro e só agora, quase um mês depois, a assembleia se prepara para votar a suspensão dos prazos.

Durante todo esse tempo, os Advogados no terreno não sabiam se os prazos que não conseguiram cumprir por causa de estradas cortadas, falta de luz, sistemas

informáticos em baixo estavam ou não protegidos. Um mês praticamente para aprovar aquilo que deveria ser automático. A questão é: quando vier a lei, para que servirá?

Já o fizemos na altura dos incêndios rurais que devastaram o interior. Estamos a fazê-lo agora com a Kristin. A lição é sempre a mesma. A urgência das situações não se coaduna com o formalismo próprio da aprovação de uma lei.

Não podemos depender de propostas de lei, debates parlamentares e calendários políticos quando o telhado já caiu. É por isso que a Ordem propôs e continua a propor a criação de um plano nacional de emergência jurídica permanente, um mecanismo automático ativado com a declaração de calamidade sem mais.

É preciso que o Estado trate a emergência jurídica com a mesma seriedade com que trata a emergência civil. É esta a diferença entre estar no Largo de São Domingos ou estar na estrada. Eu sou, serei sempre um Bastonário da estrada, não somente do Largo de São Domingos.

E falando em estar no terreno, há dois casos que para nós são paradigmáticos, que tudo dizem sobre o país que temos e sobre o papel que queremos que a Ordem tenha. Primeiro, olhem aqui ao lado para Palmela. 120 famílias entregaram as poupanças de uma vida por casas que nunca receberam, 17 milhões de euros de desespero. Mas nenhum cêntimo protegeu quem pagou. Porquê? Porque muitos assinaram sem o seu Advogado, porque ninguém lhes explicou o que estavam a assinar. E quando assinamos sozinhos, os riscos são muitos.

O mercado imobiliário em Portugal precisa de uma regulação séria. A Ordem quer e deve ser parte dessa regulação, deve contribuir para a solução de um problema que a todos afeta. Não é para criar burocracia.

Queremos criar proteção para que ninguém volte a entregar as poupanças de uma vida sem que o seu Advogado lhe diga olhos nos olhos sabe o que está a assinar. O mesmo cidadão nem sequer sabe que um documento particular autenticado feito pelo seu Advogado vale o mesmo que uma escritura pública. E é essa ignorância que deixa o cidadão desprotegido.

É por isso que no âmbito do centenário lançamos uma campanha nacional de literacia jurídica para que os cidadãos conheçam os instrumentos que já existem para os proteger. O segundo caso, confesso, chocou-me. Não é sobre dinheiro, é sobre o corpo de uma mulher. Uma mulher pediu um carro de uma plataforma TVDE Lisboa Cascais. Uma corrida normal nunca chegou a Cascais. Um motorista desviou para Monsanto. O que aconteceu a seguir não é um acidente, é uma violação. É o segundo caso em menos de 2 meses. E a lei que regula o setor ainda não foi revista desde que entrou em vigor.

Está para ser. Não existe formação contínua obrigatória. Não há alertas automáticos de desvio de rota. Não há registo partilhado entre plataformas. O que significa isto? Que o motorista expulso de uma rede pode estar a operar noutra no dia seguinte.

Sabem qual foi a resposta da plataforma? Em tribunal nos Estados Unidos. Um vice-presidente sénior da Uber declarou que os passageiros usam o serviço por sua conta e risco. Isto é inadmissível. A lei chegou tarde, uma mulher pagou o atraso.

Os casos que chegam à Ordem chegam sempre tarde, depois do dano, depois do crime, depois de a vítima ter perdido o que não se recupera. A Ordem não pode continuar a ser apenas a recolhedora de cacos, tem de ser parte da solução antes do dano.

É por isto que entendemos que a Advocacia não é um luxo, é uma necessidade. É por isto que cada euro investido na dignificação da profissão é um euro investido na proteção dos cidadãos. Ontem, neste mesmo fórum, debatemos migração, fronteiras e direitos. Quis o destino que por coincidência também tivesse completado ontem 29 anos de Advocacia. 29 anos e ainda continuo a acreditar. Chamem-me ingénuo, mas ainda acredito que podemos mudar vidas.

Ontem lembrei-me porquê. Ouvimos quem trabalha no terreno naquele debate de ontem, ouvimos Advogados, representantes do IRN, da academia, do município, da sociedade civil. Ouvimos o que já sabíamos, mas que precisa de ser dito até que alguém de facto ouça.

Os serviços públicos estão a falhar aos imigrantes. Exige-se à AIMA que faça milagres com ferramentas do início dos anos 2000. Isto não é aceitável. A Ordem criou canais diretos com a AIMA e com o IRN. Era uma meta da campanha e estamos a cumpri-la. Mas não basta termos um canal se o Estado não tem meios do outro lado.

Hoje, na mensagem gravada que nos deixou o senhor cardeal Dom Américo de Aguiar, falou-nos de justiça e falou-nos dos vulneráveis das vítimas. É necessário protegê-las, migrantes ou qualquer outra situação de vulnerabilidade que todos atravessamos. Num dia em que debatemos migração, em que vemos o que acontece a quem fica sem proteção jurídica, essas palavras não são protocolo, são urgência.

Não podemos fechar os olhos a situações de sucessão de contratos de trabalho temporário, fazendo conta que nada se passa. E agora uma palavra sobre a dignidade da nossa profissão, porque um Bastonário que se cala quando atacam os Advogados não merece o título.

Vivemos tempos em que é fácil atacar os Advogados, em que generalizações irresponsáveis transformam mais de 36.000 profissionais em suspeitos de um qualquer crime, em que se propõem multas como se o problema da lentidão da justiça estivesse na defesa e não na falta de meios dos tribunais.

Fui claro desde o primeiro dia enquanto Bastonário. Não aceito que se atirem culpas para cima dos Advogados para disfarçar os problemas do sistema. Criar um regime que leva um Advogado a ter medo de prejudicar o cliente é fragilizar o Estado de Direito.

A Ordem tem contrapropostas, já as apresentou a vários grupos parlamentares que estão disponíveis para trabalhar connosco, porque nós não nos limitaremos nunca a dizer o que está mal. Dizemos aquilo que achamos que pode ser feito para melhorar.

Sobre o acesso ao direito, uma palavra é necessária. O Advogado inscrito no acesso ao direito não é um Advogado de segunda, é um pilar do sistema. Em Faro, prometeram-nos remunerações mais justas para os Advogados pagos pelo Estado. Tomamos nota e estaremos prontos para exigir o cumprimento dessa promessa com a mesma firmeza que exigimos tudo o resto.

Não sou Bastonário, como sempre disse, de uma parte da classe, sou Bastonário de todos. Quando vejo colegas a serem atacados na praça pública, não posso ficar parado. Peço e pedirei naturalmente sempre a ajuda dos conselhos de deontologia, parte importante da nossa estrutura e iremos seguramente trabalhar em conjunto para que as críticas à deontologia passem para o passado.

E é por isso que temos vindo a defender sem reservas a Convenção Europeia para a proteção da profissão do Advogado. Porque a independência da Advocacia não é um privilégio corporativo, é uma garantia de liberdade.

O que está em causa não somos nós, infelizmente. O que está em causa é a própria democracia. E agora permitam um momento de transparência, não de retórica, de números. Houve quem criticasse o orçamento das comemorações, destas comemorações do centenário.

Houve quem falasse em 743.000 € como se fosse um desperdício. Diga-se o orçamento feito pelo Conselho Geral e pelos conselhos regionais. Mas os factos também fazem parte da democracia e os factos são estes. Dissemos desde o primeiro dia que assumimos um princípio, servir a classe, não servirmo-nos da classe.

Abdiquei da minha remuneração como Bastonário. Os membros do Conselho Geral renunciaram às senhas de presença. Não o fizemos como gesto simbólico. Fizemo-lo como decisão de gestão. A remuneração anual prevista para o Bastonário é de [montante não perceptível na transcrição]. As senhas de presença representariam para o Conselho Geral cerca de 73.000 €. Somados representam uma poupança anual de 236.379 €.

Ou seja, no triénio, a decisão traduz-se numa poupança total de 709.000 €. O equivalente ao que muitos apontaram como o custo do centenário. Ou seja, foi esta gestão que permitirá que a comemoração histórica, repito, histórica dos 100 anos da Ordem fosse preparada sem aumentar despesas para os Advogados, sem pedir mais um cêntimo a quem já contribui, sem tocar nas quotas, que diga-se: "Temos aumentado a recuperação sem cortar em serviços os quais iremos aumentar".

Repito mais uma vez algo que já dissemos. As contas deste centenário serão auditadas, os resultados serão públicos porque o rigor não se proclama, pratica-se. A transparência não é retórica, é mostrar números. Compromisso não é promessa, é decisão.

E para que não restem dúvidas de que esta Ordem não se limita a palavras, permitam-me partilhar convosco o que aconteceu minutos antes do início da sessão solene. A Ordem dos Advogados e a Fundação Calouste Gulbenkian, assinaram hoje um memorando de entendimento no âmbito da iniciativa Gulbenkian, Integração de Imigrantes 2026-2027.

O que é que isto significa? Significa que a Ordem vai mobilizar a sua rede de Advogados para criar gabinetes de consulta jurídica destinados a pessoas imigrantes. Significa que vamos capacitar as equipas das organizações da sociedade civil que trabalham no terreno com formação jurídica, com esclarecimento, com apoio metodológico.

Significa também que vamos promover ações de literacia jurídica junto das comunidades imigrantes e volto a repetir os malditos da sociedade dos tempos modernos. Porque queremos que conheçam os seus direitos e saibam como exercê-los. E significa uma coisa mais que não é menor, os honorários dos Advogados que participam neste programa serão assegurados pela Fundação Gulbenkian, porque a dignidade do trabalho é inegociável. Mesmo quando serve os mais vulneráveis, sobretudo quando os serve.

Esta Ordem e este Conselho Geral não falam só de causas sociais. Atuam, não prometem, executa, não espera que o Estado resolva tudo porque não consegue. Vai ao terreno e faz e continuará a fazer a sua parte.

Senhoras e senhores, 100 anos é muito e é pouco. É muito porque representa gerações de Advogados que enfrentaram ditaduras, que defenderam presos políticos, que lutaram pela liberdade. Quando lutar pela liberdade tinha um preço, que criaram uma caixa de previdência, temos aqui o seu presidente, definiram o quadro ético que nos distingue e construíram uma instituição com altos e baixos, obviamente, mas que se confunde com a própria história da democracia portuguesa.

E é pouco porque o trabalho não está feito, porque a justiça é lenta, porque o acesso ao direito, infelizmente, ainda não chega a todos. Porque há Advogados que vivem mal para garantir um serviço público essencial, porque ainda há cidadãos que assinam sem Advogado e por vezes perdem tudo. Porque há crianças que ninguém protege, imigrantes que ninguém orienta, idosos que ninguém ouve.

Os desenhos que vimos hoje lá fora lembram-nos para quem estamos a construir. Não os podemos desiludir. A qualidade de uma democracia mede-se pelo respeito que tem pelos seus Advogados, porque são eles que garantem que os direitos não ficam apenas no papel.

Quero agradecer à senhora vice-presidente da Assembleia da República, deputada Teresa Morais, pela presença institucional que honra e dignifica esta sessão. Aos senhores deputados e representantes dos grupos parlamentares que aqui estão. A vossa presença é um sinal de que a Advocacia e a justiça continuam a importar no debate político.

À senhora presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Dra. Maria das Dores Meira, um agradecimento muito especial. A Câmara não se limitou a receber-nos, acolheu-nos, cedeu instalações, apoiou e apoiará cada um dos eventos que realizaremos nestes dias e fê-lo com uma generosidade que merece ser reconhecida publicamente.

Sem este apoio, esta celebração não teria de todo sido possível. Mas espero que continuemos a ser parceiros juntamente com o Conselho Regional de Évora e a delegação de Setúbal, porque muito há a fazer em Setúbal e a sua vontade é férrea e eu gosto de ver essa vontade. Muito obrigado, senhora presidente.

Ao senhor procurador-geral regional de Évora, à senhora presidente do Tribunal da relação de Évora, ao senhor presidente do Conselho dos Julgados de Paz e ao senhor diretor do Centro de Estudos Judiciários pela presença que sublinha o que a Advocacia e magistratura partilham, o compromisso com o Estado de Direito.

À Fundação Calouste Gulbenkian, de facto, na pessoa do Dr. Pedro Calado, pela confiança depositada nesta parceria e pelo compromisso partilhado com a integração de quem mais precisa. Muito obrigado aos bastonários e representantes das ordens profissionais presentes pela solidariedade interprofissional que é sempre bem-vinda.

Aos presidentes dos conselhos regionais e dos conselhos de deontologia aqui presentes por representar em cada região do país a proximidade e a exigência que a Advocacia merece. Ao Conselho Regional de Évora, à delegação de Setúbal, aos antigos presidentes e a todos os membros dos órgãos da Ordem aqui presentes. Muito obrigado pelo esforço que têm feito em prol da Ordem dos Advogados.

Aos membros das comissões e institutos da Ordem que também aqui se encontram e também àqueles que não se encontram pelo trabalho que fazem, tantas vezes sem visibilidade em áreas essenciais para a profissão e para os cidadãos. Muito obrigado em nome da Ordem dos Advogados, ao senhor cardeal Dom Américo de Aguiar, que infelizmente não pôde estar presente porque está numa zona de crise, creio, na zona da Almada, pela mensagem que nos deixou e que nos obriga a pensar no sentido mais profundo da justiça.

À família de António Osório de Castro, filhas, netos e demais familiares, muito obrigado pelo lugar vivo que nos trouxeram. E agora uma salva de palmas muito especial, permitam-me, aos trabalhadores da Ordem dos Advogados, que nos bastidores, sem aplausos e sem holofotes, tornaram possível tudo o que aqui celebramos. Nada disto acontece sem o vosso trabalho e nós sabemos disso.

E a todos vós, colegas, convidados, amigos, por estarem aqui, por acreditarem que vale a pena celebrar o passado e, sobretudo, que vale a pena construir o futuro. O espírito de servir de que falava António Osório de Castro não morreu com ele, está aqui nesta sala em cada um de nós.

Estamos aqui a servir como sempre, como nos próximos 100 anos. Factos contra generalizações, verdade contra calúnia, dignidade contra injustiça. Juntos podemos mais e juntos fazemos mesmo mais. Muito obrigado.